

As contribuições de Celso Cunha para a crioulistica brasileira*

Celso Cunha's contributions to Brazilian creole studies

Lucas Riehl Alves de Souza**

RESUMO

O artigo analisa as contribuições de Celso Cunha à crioulistica brasileira, situando-o na bibliografia do campo e destacando seu caráter pioneiro. Cunha conhecia as obras da primeira geração de estudiosos das línguas crioulas, como Adolfo Coelho, Hugo Schuchardt e Derk Christian Hesseling, e nelas se apoiava, incorporando suas ideias às reflexões sobre a descrição e a valorização das línguas crioulas. Embora não tenha produzido trabalhos de campo, Cunha examinou criticamente a literatura existente e articulou conceitos de língua, nação e ensino, ressaltando a importância do reconhecimento e da valorização dos crioulos. A leitura que fez desses autores, aliada à sua formação como linguista numa ex-colônia, conferiu originalidade à sua perspectiva, permitindo posicioná-lo como um precursor da reflexão teórica sobre crioulos em território brasileiro. O estudo evidencia, assim, sua relevância para a historiografia da crioulistica nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia linguística; Crioulistica; Sociolinguística.

ABSTRACT

This article analyzes the contributions of Celso Cunha to Brazilian Creole studies, situating him within the field's historiography and highlighting his pioneering role. Cunha was familiar with and drew on the works of the first generation of Creole language scholars, such as Adolfo Coelho, Hugo Schuchardt, and Derk Christian Hesseling, incorporating their ideas into reflections on the description

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2026n71.1516>

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

** Universidade Federal Fluminense (bolsista Capes-Proex), lucasriehl@id.uff.br, <https://orcid.org/0009-0003-3806-1896>

and valorization of Creole languages. Although he did not conduct fieldwork, Cunha critically examined the existing literature and articulated concepts of language, nation, and education, emphasizing the importance of the recognition and appreciation of Creoles. His reading of these authors, combined with his training as a linguist in a former colony, provided originality to his perspective, positioning him as a precursor of theoretical reflection on Creoles in Brazil. This study highlights his relevance to the historiography of Brazilian Creole studies.

KEYWORDS: Linguistic historiography; Creole studies; Sociolinguistics.

Introdução

Celso Cunha (1917-1989) foi um filólogo, gramático, ensaísta e, ainda que pouco associado a essa denominação, linguista brasileiro. Em sua carreira acadêmica, foi membro de inúmeras associações de destaque, incluindo a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL), o Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, além de entidades internacionais de igual relevância.

Sua primeira publicação foi a obra *O cancionero de Paay Gómez Charinho, trovador do século XIII* (1947), originada em sua tese de doutoramento de mesmo nome defendida em 1945 na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse período, que compreende as décadas de 1940 a 1960, Celso Cunha dedicou-se com afinco aos estudos do português medieval, publicando posteriormente *O cancionero de Joan Zorro* (1949), *O cancionero de Martin Codax* (1956) e *Estudos de poética trovadoresca* (1961). Ainda na década de 1960 publicou um livro particularmente relevante para este artigo, intitulado *Uma política do idioma* (1965). Sua abordagem, voltada ao estudo e ao ensino a partir de um português brasileiro – sem a intenção de romper com a lusofonia, mas com o intuito de aproximar o ensino e a língua em uso no Brasil –, constituiu o ponto de partida para a ampla produção gramatical e didática publicada a partir do fim da década de 1960. Em seguida, publicou outro estudo que

muito nos interessa e que dialoga diretamente com a obra anterior: *Língua portuguesa e realidade brasileira* (1968).

Tal temática já vinha sendo explorada pelo professor há algum tempo: em 1957, havia integrado a comissão para fixação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), no entanto, seus esforços na descrição gramatical do português brasileiro ganharam maior projeção a partir da década de 1970, quando Celso Cunha coordenou o núcleo do Rio de Janeiro do Projeto de Estudo Coordenado da Norma Linguística Culta (Projeto NURC), dedicado à descrição das variantes do português em cinco grandes capitais (Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre), tendo sido um projeto pioneiro e importantíssimo para a sociolinguística brasileira.

Todo seu esforço e participação em projetos voltados ao ensino de português no e do Brasil, assim como a importância de suas gramáticas, ofuscaram, de algum modo, sua produção teórica a respeito da língua, a qual pretendemos retomar neste artigo.

Nesse sentido, teceremos considerações a respeito de três obras de Celso Cunha, duas sequenciais (temporalmente) e uma não: *Uma política do Idioma* (1965), *Língua portuguesa e realidade brasileira* (1968) e *Língua, Nação, Alienação* (1981). Vale salientar que a escolha dessas obras não é aleatória, havendo nelas sempre uma associação ao trabalho *História da Língua Portuguesa no Brasil*, que infelizmente não foi finalizado antes de seu falecimento.

Assim, o objetivo deste trabalho é situar a produção sociolinguística de Celso Cunha principalmente nas suas confluências com a temática das línguas crioulas diante da bibliografia da Crioulística no Brasil, ressaltando a importância de seus escritos em território nacional.

Para isso, primeiramente iremos retomar brevemente a história da Crioulística, situando-a dentro da própria Linguística. Na sequência, iremos verificar o impacto do surgimento dessa área na produção dos pesquisadores brasileiros contemporâneos a Celso Cunha para, então, analisar as obras selecionadas. Por último, teceremos considerações a respeito da epistemologia desenhada por Celso Cunha e de que modo ela dialogava com os conceitos de línguas crioulas em voga no momento de produção de seus livros.

1. O estudo das línguas crioulas

Ainda que tenham sido citados em obras anteriores, os *dialetos crioulos* (como foram inicialmente chamados), enquanto tema de uma produção acadêmica efetuada por um estudioso da área das Letras, surgiram pela primeira vez na obra *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*, escrita pelo filólogo português Francisco Adolfo Coelho e publicada em 1881 (cujo tema foi pronunciado em uma conferência realizada em 1878), em Lisboa. Essa obra é considerada o marco inaugural da Crioulística enquanto área de estudos e incumbiu-se, de forma pioneira e ambiciosa, da descrição de todos os chamados “dialetos” nascidos da expansão marítima europeia (incluindo desde crioulos franceses até o português do Brasil). Ao fim, a obra acaba mais por compilar fontes do que propriamente analisá-las, cabendo esta tarefa a outros estudiosos contemporâneos de Coelho, como Schuchardt e Hesseling¹. A grande contribuição de Adolfo Coelho, neste sentido, reside na retirada dos crioulos da periferia linguística, ainda que sob a justificativa de que seu estudo seria importante para refletir e deduzir possíveis leis de formação e variação do próprio português lusitano, já que ele acreditava que o processo de derivação dos crioulos se dava com base nos mesmos princípios linguísticos de variação da língua portuguesa.

É importante observar que o surgimento dessas obras antecede a publicação do *Curso de Linguística Geral*, baseado nas aulas de Ferdinand de Saussure e publicado por alguns de seus alunos em 1916, considerado o marco inaugural da Linguística moderna. Desse modo, é necessário relembrar que, antes da fundamentação da Linguística enquanto ciência, seus conceitos, pressupostos e até mesmo seus objetivos estavam sempre se posicionando entre as demais áreas dos estudos da linguagem, sendo, em alguns casos, bem complexa sua distinção. Não à toa, a tríade da primeira geração da Crioulística

1 Sobre isso, ver: ALKMIM, Tânia Maria. “Coelho, Schuchardt e Hesseling: Encontros e Desencontros entre Pioneiros dos Estudos Crioulos”. *Revista de Estudos da Linguagem* (UFMG), Belo Horizonte, a.4, v.1, jan-jun., 1995, p. 5-16.

é formada por três filólogos e historiadores da língua: a linguística histórica e o método comparativo eram campos ainda muito produtivos e foi a partir dessas perspectivas que os “dialetos” do ultramar foram enquadrados a princípio. As primeiras descrições sobre o Crioulo de Cabo Verde (CCV), por exemplo, trabalharam os processos fonéticos, sintáticos e morfológicos do CCV a partir da comparação com a língua portuguesa.

Até o momento da publicação do trabalho pioneiro de Coelho, as línguas crioulas sequer eram consideradas línguas como tal. Vistas como corruptelas e até mesmo uma falha cognitiva dos povos que as falavam, foram carregadas de preconceitos ao largo de séculos na relação entre as metrópoles e suas colônias. No caso das colônias de língua portuguesa, não havia interesse nem em nomear diferentemente esses falares presentes em cada um dos territórios do ultramar, sendo representados de maneira genérica pela expressão “crioulos”, em substituição ao termo racista e ainda mais genérico que antes era utilizado: “língua de pretos”².

Assim, ainda que no seio da Linguística histórica e utilizando-se de métodos comparativos entre a chamada “língua lexificadora” e os crioulos, os estudos da primeira geração (Coelho, Schuchardt e Hesseling) foram importantíssimos para a valorização do crioulo enquanto objeto linguístico. Não podemos deixar de ressaltar, porém, que este *status de língua* ainda não *pertencia* propriamente ao crioulo, tendo em vista que ele era tomado de *empréstimo* ao ser considerado um dialeto de sua língua lexificadora,

-
- 2 A Europa, inclusive, manifestava um imaginário social muito bem definido e alinhado a respeito desse tema entre os séculos XVI e XIX: em Portugal, há menções às “línguas de preto” já nas trovas de Gil Vicente (datadas do século XVI) e que acabam por se repetir em relatório do ultramar como o de Lopes de Lima (1844); o termo *negro dialect* aparece em levantamento bibliográfico efetuado por Hubert Devonish (2008, p. 616) em documento datado de 1828 a respeito do inglês presente na colônia norte-americana; assim como o termo *petit-nègre*, talvez o mais conhecido, que irá se difundir através de Maurice Delafosse em 1904, depois de observar o francês presente nas colônias francófonas ao fim do século XIX.

uma variante desprestigiada, mas que, de algum modo, poderia ser instrumentalizada visando o estudo de sua “língua-mãe”.

Dessa tríade que compõe a primeira geração da Crioulística, há de se fazer menção especial a Schuchardt, considerado por muitos o pai da Crioulística. Coelho, apesar do caráter inaugural de sua obra, não conseguiu academicamente desenvolver grande parte das fontes recolhidas, talvez até pela extensão do material. Schuchardt, pelo contrário, produziu em larga escala estudos que se debruçaram sobre a temática das línguas crioulas, tendo sido, inclusive, uma exceção dentre os autores não portugueses, ao produzir largamente a respeito dos crioulos de base lexical portuguesa. Schuchardt trocou correspondências com ambos os colegas, ainda que tenha tido mais contato com Hesseling.

Para Holm (*apud* SOUSA, 2012, p. 344), essa primeira geração estende-se de 1881 até os anos 1920, deixando um legado pioneiro que foi posteriormente retomado por uma série de estudiosos. Sua inserção em Portugal, porém, não foi tão expressiva quanto se presumiria. Um dos acadêmicos que se interessou pelo tema e chegou a produzir contemporaneamente à primeira geração, ainda que não tenha recebido o devido valor, foi Leite de Vasconcelos. Escrita ao longo da década de 1920, a obra, intitulada *Bibliografia Crioula Portuguesa*, foi finalizada em 1929. O propósito do autor foi recolher tudo o que havia sido produzido até ali a respeito do tema, em especial sobre os crioulos de base lexical portuguesa, e efetuar uma introdução crítica a essas obras. Ainda que sua obra não tenha apenas compilado as referências, pouco se fala a respeito da contribuição de Leite de Vasconcelos para a Crioulística e, de um modo geral, pouco se diz a respeito da produção portuguesa sobre esse tema no período entre Coelho e a década de 1950. Sobre isso, diz Sílvio Moreira de Sousa (2012, p. 344):

Podemos, deste modo, imaginar que temos uma explicação fácil para o facto de os CBP [Crioulos de Base Portuguesa] terem sido desde o princípio menos estudados que os seus congéneres – excepção feita, repitamo-lo, da série de artigos de Schuchardt. Seria simplesmente

devido ao facto de os próprios portugueses não se terem interessado por eles. Ora, isso é falso. Só para dar uma ideia, a Bibliografia dialectal galego-portuguesa contém 45 entradas de autores portugueses, de algum modo relacionadas com os CBP, para o período 1880-1920. Para um país pequeno e um público proporcional para este tipo de estudos, não é nada mau (d'Andrade & Kihm 1992:192).

Como poderia se esperar, o mesmo ocorreria em terras brasileiras: esses estudos demoraram a ser absorvidos no Brasil, de modo que alguma discussão mais aprofundada do tema só viria a surgir em meados da década de 1950. É claro que isso não impediu que o assunto figurasse em levantamentos acerca da história do português na *lusitânia novíssima*, assim como em pesquisas pioneiras que visavam ressaltar as contribuições das línguas africanas no português brasileiro. Mesmo assim, percebemos, nas obras produzidas nesse período, um posicionamento bastante genérico quanto à questão das línguas crioulas e até mesmo um desconhecimento da bibliografia mundial já produzida.

A obra de Renato de Mendonça, por exemplo, *A influência africana no português do Brasil* (1936), ainda que discutisse o contato linguístico entre o português e as línguas africanas no Brasil, resumiu os crioulos da seguinte forma: “uma associação de vocabulário europeu com a gramática africana” (MENDONÇA, 1936, p. 74). Um pouco mais conservador, mas igualmente superficial, Antenor Nascentes, em sua obra *O linguajar carioca* (1953), focada na descrição de uma variante urbana do português do Brasil, aborda rapidamente o assunto dos crioulos, apresentando a seguinte definição: “dialecto crioulo é uma linguagem formada por palavras europeias com gramática do povo selvagem ou bárbaro” (NASCENTES, 1953, p. 17).

Nesse cenário, as décadas de 1950 e 1960 constituem um importante momento para as produções acerca dos crioulos: no Brasil, trabalhos como os de Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo e Silvio Elia discutem a formação – ou não – de um crioulo ou semicrioulo no português do Brasil e a hipótese crioulista de Mattoso Câmara é lançada e debatida pela academia;

em Portugal, há uma retomada dessa questão, guiada por pesquisadores como Jorge Morais-Barbosa, Dulce Almada Duarte e Baltasar Lopes (ainda que esses dois últimos fossem caboverdianos, formaram-se e produziram em Portugal). E é exatamente nesse cenário que pretendemos enquadrar as obras já citadas de Celso Cunha.

2. Uma trilogia não anunciada?

Nesta seção, procederemos a uma análise pormenorizada das três obras que selecionamos como *corpus* para este trabalho. É importante reiterar que, para além de as obras se conectarem – seja pela temática, pelas declarações ou, até mesmo, por comentários do próprio autor que sugerem uma continuidade –, observa-se um debruçamento teórico de Celso Cunha sobre os aspectos políticos e sociais do reconhecimento de uma língua e de suas variedades. O projeto de escrita do livro *História da língua portuguesa no Brasil*, que infelizmente não pôde ser concluído, evidencia que o autor pretendia dar continuidade a essa temática e que, como será demonstrado na análise desta trilogia não anunciada, passou pela leitura atenta da bibliografia da Crioulística mundial.

2.1. Uma política do idioma (1965)

Das obras selecionadas, a primeira é *Uma política do idioma* (1965). O livro resulta de um discurso proferido no auditório do Ministério da Educação e Cultura, em dezembro de 1963, publicado em formato de livro em 1964 e posteriormente republicado em 1968, quando se incluiu um prefácio de Ayres da Mata Machado Filho³. Nessa obra, Celso Cunha centra-se na relação entre o português do Brasil e o de Portugal, adotando abordagem em que se posiciona a favor do reconhecimento do português do Brasil, principalmente

3 Informações retiradas do prefácio da própria obra, um exemplar da segunda edição.

no âmbito do ensino, ainda que não estabeleça uma relação de contraposição ao português lusitano.

Escrita em um contexto de expansão da sociolinguística no Brasil, a obra aponta a necessidade de descrever o português em uso para compor um panorama mais adequado da língua em uso (*in vivo*), retomando recorrentemente a proposta de um Atlas Linguístico do Português no Brasil. Cabe notar que, dentre a bibliografia citada, surge o nome de Hugo Schuchardt, porém por seu trabalho dedicado a um atlas linguístico da Áustria. Isso indica que Celso Cunha acompanhava os escritos de um dos membros da primeira geração da Crioulística. Vale salientar que Serafim da Silva Neto já havia trazido os conceitos de crioulo e semicrioulo de Schuchardt para o Brasil, iniciando um debate acerca da possível ocorrência do mesmo processo na formação de nossa língua, em artigo publicado no início da década de 1950, intitulado *Falares Crioulos*.

Um dos pontos centrais do discurso de Celso Cunha, sem dúvida, é a reivindicação de uma identidade própria para o português do Brasil sem, no entanto, contrapor-se ao português lusitano ou à norma culta. Ao apontar a distância entre o que era dito em território brasileiro e o que se ensinava a partir dos autores lusófonos, Cunha questiona a ideia de certo e errado, ainda que de forma moderada. Para isso, o autor propõe a distinção entre os *erros* e *erros verdadeiros*:

O mais grave, no entanto, o que está a matar o estudo do idioma em nossas escolas, principalmente nas primárias e médias, é que todo ensino se faz na base do certo e do errado, do que é e do que não é vernáculo. É natural que se evitem os erros, isto é, as formas linguísticas que transgridem a norma coletiva ou são inadequadas a determinada função, mas não se deve nem se pode agir no caso com demasiado rigor (...) **Evitem-se os erros, os erros verdadeiros.** Mas para isso só há o remédio preconizado por Jaspersen: “Nada de listas nem regras, repita-se o bom muitas e muitas vezes” (CUNHA, 1968 [1965], p.19-20, **grifo nosso**).

Em uma abordagem influenciada por Eugenio Coseriu, Cunha destaca que a variação não se opõe à unidade da língua, antes, a reforça. Defende, ainda, a necessidade de levar à escola um estudo da língua que não seja anacrônico, centrado nos bons escritores brasileiros. A grande questão para Cunha é que na verdade o português do Brasil desenvolveu-se com seus próprios matizes, fruto de seus contatos e de sua cultura local e, portanto, se a norma necessita imitar os bons falares, estes não se encontram em Portugal, mas sim localmente. Não à toa, sua segunda edição da obra *Uma política do idioma* (1968) reproduz, em sua orelha, um trecho do texto escrito por Carlos Drummond de Andrade e publicado no Correio da Manhã, em 8 de abril de 1964, o qual é parcialmente transcrito abaixo:

Abro o “Manual” e encontro a língua explicada aos garotos em trechos de Cecília Meireles, Guimarães Rosa, Fernando Pessoa, Rubem Braga e outros dêsse naipe: estarei sonhando? Não. Celso testou em classe os autores modernos, e só depois de comprovar a reação “extremamente positiva” é que os levou para o convívio diário da meninada, em condições de igualdade com a velha-guarda do idioma (CUNHA, 1968 [1965], s.p.).

Vemos que, nessa obra, Celso Cunha trabalha mais a favor de uma oposição “língua arcaica” e “língua moderna” do que de uma polarização Brasil e Portugal, de modo que inclusive há a menção à figura de Fernando Pessoa na enumeração de Drummond. Essa obra acaba por introduzir o que Celso Cunha chamaria em sua próxima obra de “realidade brasileira”, destacando a necessidade de as nações lusófonas descentrarem os olhos de Portugal e olharem para suas próprias realidades. Conclui assim o professor:

A unidade da língua portuguesa só pode ser obra da cultura comum. (...) Já não contam apenas os clássicos, pois a República do Português está governada, de fato, pelos melhores escritores e pensadores atuais da língua. (...) Podem participar e competir nela, sem restrições nem favoritismos, todos os territórios de fala portuguesa: Portugal e Brasil, Açores e Cabo Verde, Angola e Moçambique, Macau e Timor; em suma, os descendentes de

todos os que, com os mesmos direitos de cidadania linguística, ficaram na “pequena casa lusitana”, ou dela saíram um dia. E essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A Capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura (...) (CUNHA, 1968 [1965], p. 38).

É interessante notar que esse é o primeiro ponto em que a obra transcende as fronteiras brasileiras e tece algum comentário a respeito dos países de África que, à época, eram colônias portuguesas no ultramar. Ainda assim, pode-se perceber que não há menções, diretas ou indiretas, aos crioulos presentes nesses territórios.

2.2. Língua portuguesa e realidade brasileira (1968)

A segunda obra analisada, *Língua portuguesa e realidade brasileira* (1968), configura-se como uma sequência de *Uma política do idioma* (1965) conforme indicado em sua contracapa: “O sucesso de seu opúsculo *Uma política do idioma* levou-o a escrever o presente livro, esboço de uma obra maior, a que deu provisoriamente o título de *Linguagem e condição social no Brasil*”. O livro, segundo o autor, é resultado das notas de aulas ministradas na Universidade de Colônia, na Alemanha, a respeito do português do Brasil.

Se na obra anterior Cunha enfatiza a necessidade de trazer os grandes autores modernos ao ensino para reduzir o distanciamento entre a norma escolar e a língua *in praxis*, nesta obra, o professor aprofunda a análise de fatores sócio-históricos que afetaram o português no Brasil e colaboraram para a situação linguística em que se encontrava. Sobre isso, afirma:

Rebentos de um mundo nôvo descoberto e colonizado por povos europeus de larga vida anterior, as nações americanas amanheceram na liberdade política sem haverem construído uma pátria cultural, com as elites dirigentes de olhos fixos nos padrões europeus, concebidos então como únicos e exemplares modelos de civilização e de cultura (CUNHA, 1974 [1968], p. 11).

Essa elite “desterrada”, junto à elite local mestiça, carente de uma identidade nacional com a qual se identificasse, participou da formação de uma identidade nacional brasileira. Se a Europa era vista como o único centro produtor de cultura, uma cultura brasileira, *a priori*, deveria fundar-se sobre os mesmos princípios, leia-se: a cultura letrada e erudita. Assim, o romantismo brasileiro constituiu-se como um projeto nacional aos moldes europeus, o qual, ainda que reivindicando nossa terra como produtora de cultura, não foi capaz de subverter a lógica de valorização daquilo que é nosso, senão pelas artes sublimes: a literatura e as artes.

Neste sentido, Celso Cunha retoma a figura de José de Alencar, cuja produção de seu romance *O guarani* (1857), hoje criticado pela fetichização do índio, à época também foi alvo de comentários severos, porém não a respeito de seu conteúdo e sim de sua forma: Alencar não reproduzia o português esperado por uma elite letrada saudosista em relação a Portugal. O professor ainda relembra um importante fato da história de nossa língua: na virada do século XVIII para o XIX, observou-se um dos momentos mais confusos na relação entre *língua* e *fala*, marcado por um distanciamento acentuado entre os registros orais e escritos do português, o que, em certos casos, comprometia a compreensão.

Alencar, portanto, alçava-se sobre um território que julgava fértil: o da criação e desenvolvimento de um português da terra, ainda que erudito, o *nosso* erudito. Sobre a posição de Alencar a respeito do português do Brasil, sintetiza Alcmeno Bastos (2015, p. 13):

A apaixonada defesa do direito de o escritor brasileiro escrever sem prestar contas aos supostos “donos da língua”, os escritores portugueses em especial, mas também aqueles que, no Brasil, se subordinavam a esse império; na “Benção paterna”, por exemplo, foi enfático e desafiador em não aceitar “as pretensões [dos escritores e dos gramáticos portugueses] hoje tão acesas de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não podem pelo braço” (ALENCAR, 1959, v. I, pp. 697-698).

O que ocorre, portanto, neste processo de produção identitária brasileira – e que é interessante para Celso Cunha, e também para nós –, é o movimento de atualização linguística, de tomada de posse do idioma lusitano pelos brasileiros, colorindo-o com seus próprios matizes e deixando marcas na literatura que comprovem essa mudança, ainda que sujeita a todos os processos de seleção da elite local, atuando na formação de uma língua de cultura. Talvez por isso Celso Cunha demonstre certa empatia por José de Alencar: sua preocupação, em pleno século XX, com o ensino do português no Brasil reside no descompasso entre o material linguístico veiculado nos materiais didáticos da época e o português efetivamente falado no Brasil, o que evidencia a necessidade de se trabalhar com uma língua verdadeiramente viva.

Note-se que este segundo livro também não versa especificamente a respeito de nenhum crioulo de base lexical portuguesa pelo mundo e, em rigor, não ultrapassará a realidade brasileira em quase nenhum nível: Celso Cunha estabelece apenas alguns comparativos entre o espanhol nas Américas e o português no Brasil, focando em conclusões a respeito deste último. A única menção a algum dos crioulistas da primeira geração é a Adolfo Coelho, porém por sua contribuição em levar as recentes teorias do estruturalismo para a Universidade de Coimbra e pela difusão dos conceitos de Eugenio Coseriu. Novamente, esse traço presente em sua obra serve somente de parâmetro para afirmarmos que Cunha acompanhava os escritos de Coelho. Essa obra, portanto, abre portas e traça caminhos a respeito da realidade brasileira pós-colonial para que, de algum modo, no terceiro e último livro a ser abordado neste artigo, Celso Cunha possa tecer comentários bastante lúcidos a respeito dos crioulos de base lexical portuguesa.

2.3. Língua, nação e alienação (1981)

A última e mais importante obra analisada neste artigo é o livro *Língua, Nação, Alienação* (1981), no qual Celso Cunha compilou uma

série de quatro trabalhos expostos no Brasil e na Europa durante o ano de 1979. Se as obras anteriores não apresentam comentários específicos a respeito dos crioulos de base lexical portuguesa, nesta obra o autor detém-se especificamente sobre esse tema e dedica três dos quatro artigos à questão crioula, enfocando principalmente os crioulos de Cabo Verde e Guiné-Bissau, considerados por muitos autores como uma única língua devido ao contato sócio-histórico estabelecido e à unidade política que possuíam durante quase todo o período colonial.

Em termos gerais, esta obra parece ter chegado com certo anacronismo à bibliografia dos crioulos para despertar o devido interesse da academia: no período entre as décadas de 1960 e 1980 em que Cunha ainda não havia produzido especificamente sobre os crioulos, surgiram no mundo lusófono relevantes trabalhos a respeito desse objeto linguístico, dentre os quais destacam-se os de Baltasar Lopes (1957) e Dulce Almada Duarte (1961).

De todo modo, é fundamental observar como Celso Cunha reúne uma bibliografia que se difundiria entre as décadas de 1980 e 1990, a partir da leitura das obras de Adolfo Coelho, Hugo Schuchardt, Derk Christian Hesseling, Leite de Vasconcelos, Baltasar Lopes, Dulce Almada Duarte e Jorge Morais-Barbosa. Além disso, dos três artigos a respeito dos crioulos, dois são inteiramente dedicados ao crioulo de Cabo Verde, o qual o autor considera o mais estabilizado dentre os de base lexical portuguesa.

Ao observar a bibliografia brasileira a respeito do tema, nota-se que a obra considerada o marco não só dos estudos crioulos como da chamada linguística de contato é a de Tarallo & Alkmim, intitulada *Falares crioulos: línguas em contato*, publicada apenas em 1987. O livro apresenta uma abordagem inicial dos conceitos da Crioulística e um panorama geral a respeito dos crioulos de base lexical portuguesa pelo mundo. Num contínuo de produções, observa-se, em 1996, despontar a obra de Hildo Honório do Couto intitulada *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*, a qual constitui o primeiro manual de Crioulística produzido no Brasil.

Assim, mesmo não se caracterizando como um manual, defende-se o caráter fértil da obra de Celso Cunha, que merece destaque na historiografia da Crioulística no Brasil por ser, até onde nos consta, o primeiro trabalho a debater de maneira mais profunda as produções do trinômio da primeira geração, assim como articulá-las aos estudos descritivos — à época bastante recentes —, demonstrando pontos que foram ou não confirmados pela observação sociolinguística em campo.

Esta obra de Celso Cunha inicia-se com um artigo que é praticamente um resumo dos dois livros anteriores aqui citados, como se, em seu panorama geral, o autor buscasse partir da realidade brasileira para pensar a realidade de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Reside nesse ponto a maior colaboração desta obra e seu caráter mais inovador: o olhar pós-colonial.

Até por não ter efetuado descrições sociolinguísticas nem abordado novas fontes recolhidas em crioulo, não haveria muito o que Celso Cunha produzir analiticamente; seu maior esforço concentra-se na articulação dos conceitos com a situação sociolinguística evidenciada em Cabo Verde e Guiné-Bissau, a partir de uma perspectiva que identificou, na realidade brasileira, uma situação similar, diglósica, em que se observou um abismo entre a língua materna dos falantes e a língua corrente no ensino. Além disso, a esta altura, diferentemente das outras duas publicações aqui trabalhadas, Cabo Verde e Guiné-Bissau já haviam conquistado sua independência (1975 e 1974, respectivamente). Desse modo, se na realidade brasileira discutia-se metaforicamente que o português utilizado nos manuais parecia a segunda língua dos brasileiros, no caso de Cabo Verde e Guiné-Bissau, tal situação era uma realidade: a vida decorria em crioulo, mas o ensino e a administração, mesmo pós-independência, decorriam em português.

O segundo artigo aborda as diferentes teorias a respeito da formação dos crioulos portugueses ao longo dos séculos XVI e XVIII, apresentando um panorama geral dessas línguas deixadas como herança colonial portuguesa. Importante é salientar também que, a esta altura, os crioulos, com a

modernização dos conceitos da área, já gozavam de caráter de língua, ainda que houvesse alguma resistência em aceitá-los como tal.

Por fim, os últimos dois artigos dedicam-se especificamente a Cabo Verde e Guiné-Bissau, muito mais para discutir a situação glotopolítica das ex-colônias do que para adentrar na estrutura gramatical dos crioulos. Sobre isso, Celso Cunha traz o depoimento de Dulce Almada Duarte quanto à situação diglössica de Cabo Verde:

Nossa intenção (...) é desenvolver o crioulo, que achamos ter bastantes potencialidades. Com o seu desenvolvimento, esperamos que a língua da comunicação oral dos caboverdianos — em verdade nossa língua materna — se venha a tornar realmente nossa língua oficial. (...) A nossa preocupação é justamente conciliar o fato de termos liberdade de falar a língua materna com a necessidade de utilizarmos corretamente a língua, que ainda é considerada a língua oficial (DUARTE *apud* CUNHA, 1981, p.77-78).

Após tecer comentários a respeito da declaração de Dulce Almada Duarte, o professor escreve uma seção intitulada “A inevitabilidade do ensino em crioulo”, numa clara alusão à situação diglössica brasileira: não é congruente às modernas teorias linguísticas ter como língua de ensino algo diferente da língua materna de seus falantes. Na sequência, em defesa das línguas vernaculares em situação desprestigiada, chama a atenção para o que denominou de “glotofágica política invariavelmente seguida pelos colonizadores europeus contra as línguas indígenas e os crioulos em África e América” (CUNHA, 1981, p. 88). Problema para o qual o autor apresenta a mesma solução apresentada para a realidade brasileira: a inevitabilidade do ensino em língua local – no caso de Cabo Verde, em crioulo.

Assim, conclui, numa seção que denomina de “futurologia”, a respeito da realidade de Cabo Verde:

A posição a que pode aspirar a língua portuguesa em África é naturalmente a de uma segunda língua, língua veicular, de comunicação dessas nações com um mundo maior, que nos absorve a todos, inclusive Portugal e Brasil (CUNHA, 1981, p. 86).

Considerações finais

A partir das obras apresentadas, percebe-se que as duas primeiras, ainda que não versem especificamente sobre os crioulos, preparam o terreno para *Língua, Nação, Alienação* (1981), a partir de uma minuciosa análise da situação sociolinguística do Brasil que, de algum modo, é abstraída enquanto um modelo diglótico pós-colonial, cuja historicidade em muito se assemelha aos casos de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Situado numa espécie de entre-lugar, Celso Cunha não se pronunciava a partir de uma posição nacionalista, nem colonizadora a respeito do crioulo. Todavia, contaminado pelo olhar americano, proferiu o diagnóstico que considerou inevitável: que o crioulo de Cabo Verde se alçasse a condição de língua oficial e de ensino. Sua opinião causou controvérsia na academia, de modo que Sílvio Elia (1989, p. 40) rebateu o que chamou de “pessimismo” de Celso Cunha com relação à sobrevivência do português nas ex-colônias africanas, discordando quanto ao fato de a língua portuguesa aspirar somente a um lugar de segunda língua e língua transnacional em Guiné-Bissau e Cabo Verde.

De todo modo, a chamada “futurológica” de Celso Cunha revelou-se precisa, pois, ainda que a situação sociolinguística e glotopolítica de Cabo Verde permaneça diglótica, há um projeto progressivo em direção à oficialização do crioulo, perpassando um processo de enriquecimento da língua e objetivando o ensino em língua materna. Observa-se que o mesmo modelo evidenciado pelo professor ao observar a fundação da identidade brasileira, aliada à formação de uma língua local de cultura, é verificado também em Cabo Verde, que usufrui da intensa produção cultural a partir de 1930 com o movimento da *Revista Claridade* (1936-1961) e que prossegue com literatos como Baltasar Lopes, Kaoberdiano Dambará, Manuel Lopes, Corsino Fortes, entre outros.

A vitalidade do crioulo de Cabo Verde manifesta-se a partir do vigor de sua literatura, da comprovação de sua dinamicidade, de sua capacidade criativa e, também, pela adequação a um modelo de produção cultural amplamente aceito: o literário. Enquanto língua ágrafa, o crioulo precisou submeter-se de maneira mais agressiva que o português do Brasil aos

moldes europeus, mas foi suficientemente forte e resistente para ultrapassar esta barreira e comprovar-se como uma língua legítima e digna não só do reconhecimento acadêmico, como do reconhecimento político pelo qual ainda luta nos dias atuais.

Cumpramos ressaltar que este processo pelo qual o *crioulo* se legitima não deixa de ser um processo de seleção que visibiliza e invisibiliza determinadas variantes. Tal qual o caso de Alencar, ainda há um recorte de erudição; não se trata, ainda, de colocar a *língua do povo* para ser ensinada, mas da proposição de uma variante de prestígio local para a fundamentação de um espaço político para o crioulo.

Sendo assim, ressalta-se a importância da produção de Celso Cunha a respeito do tema, sobre o qual, ainda que não tenha se debruçado de forma sistemática, teceu importantes e lúcidas considerações à luz das teorias mobilizadas para compreender a realidade linguística do Brasil. Apesar de quase nunca figurar em bibliografias sobre o tema, sustenta-se que sua obra merece o devido reconhecimento, não somente pelo seu caráter pioneiro ao introduzir de maneira mais profunda os conceitos da Crioulística, sem necessariamente abordar a formação do português brasileiro, como também por sua análise glotopolítica a favor da instrumentalização do crioulo de Cabo Verde em prol de sua expansão funcional.

Referências

ALKMIM, Tânia Maria. “Coelho, Schuchardt e Hesseling: Encontros e Desencontros entre Pioneiros dos Estudos Crioulos”. *Revista de Estudos da Linguagem* (UFMG), Belo Horizonte, a.4, v.1, jan-jun., 1995, p. 5-16.

BASTOS, Alcmeno. *Alencar: o combatente das letras*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2015.

COELHO, Francisco Adolfo. *Os dialectos românicos ou neolatinos na África, Asia, e América*. Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia, 1881.

COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora da UNB, 1996.

CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968 [1965].

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974 [1968].

CUNHA, Celso. *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

DEVONISH, Hubert. Language Planning in Pidgins and Creoles. In: KOUWENBERG, Silvia & SINGLER, John Victor (eds.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008, pp.615-636.

ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no Mundo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LIMA, José Joaquim Lopes de. *Ensaio Sobre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

MENDONÇA, Renato de. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1936.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].

SILVA, Baltasar Lopes da. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1957.

SOUSA, Sílvio Moreira de. “O papel das bibliografias na História da Crioulística”. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, São Paulo, v.22(2), 2012, p. 335-354.

TARALLO, Fernando & ALKMIM, Tania. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

VASCONCELOS, José Leite de. “Bibliografia crioula portuguesa”. *Opúsculos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, Vol. IV, filologia part II, 1929.